

PROVA DISCURSIVA – PARTE I

- Na parte a seguir, que vale **dez** pontos, faça o que se pede, usando as páginas do presente caderno para rascunho. Em seguida, transcreva os textos para as **FOLHAS DE TEXTOS DEFINITIVOS DA PROVA DISCURSIVA**, nos locais apropriados, pois **não será avaliado texto escrito em local indevido**.
- Na elaboração da sentença — que vale **seis** pontos —, utilize, no mínimo, **trinta** e, no máximo, **sessenta** linhas, pois qualquer texto com extensão aquém da mínima de **trinta** linhas efetivamente escritas será apenado, e qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de **sessenta** linhas será desconsiderado.
- Em cada uma das questões — cada uma delas valendo **dois** pontos —, utilize, no máximo, **trinta** linhas, pois qualquer fragmento de texto além dessa extensão será desconsiderado.

**ATENÇÃO!** Nas **FOLHAS DE TEXTOS DEFINITIVOS**, identifique-se apenas no cabeçalho, pois **não será avaliado** texto que tenha qualquer marca identificadora fora do local apropriado.

Sentença

Gilson da Silva, servidor público estável do estado da Bahia, promoveu ação de rito ordinário em face do Estado da Bahia, alegando, fundamentalmente, que, desde o seu ingresso no serviço público, há oito anos e dois meses, está lotado na Secretaria Estadual de Saúde e que, embora há três meses tenha sido posto em disponibilidade em virtude da extinção do cargo por ele ocupado, o poder público concedeu-lhe apenas remuneração proporcional ao tempo de serviço e não integral, conforme de direito. Requereu, assim, a condenação do estado não só à complementação de sua remuneração, desde quando ocorrente sua disponibilização, com a incidência de correção monetária e juros de mora sobre o valor em atraso, a partir de quando é devida cada parcela, como também ao pagamento dos honorários advocatícios, requeridos à razão de 20% do valor da efetiva condenação. Foi dado à causa o valor de R\$ 1.000,00.

Regularmente citado, e vinte dias após a citação, o estado ofereceu contestação, alegando, preliminarmente, ilegitimidade de parte tendo em vista que a ação deveria ser proposta diretamente contra a Secretaria Estadual de Saúde, órgão estadual a que pertence o aludido funcionário, sustentando que, pela ilegitimidade de parte, o processo deveria ser extinto, sem julgamento de mérito, na forma do previsto na lei processual. Requereu que, acaso não aceite a preliminar invocada, fosse intimada a Secretaria Estadual de Saúde, por meio do seu representante legal, para vir integrar a lide, no pólo passivo, como assistente do estado da Bahia; no mérito, aduziu que a extinção do cargo, embora não questionada na ação, deu-se em plena conformidade com o ordenamento jurídico porque ocorrente a declaração, por lei, da extinção do cargo e que, nessa hipótese, o pagamento da correspondente remuneração havia de ser proporcional ao tempo de serviço efetivamente prestado ao serviço público, de sorte que não houve nenhuma ilegalidade no atacado ato de disponibilidade.

Em réplica, apresentada no prazo de dez dias, o autor alegou a intempestividade da contestação apresentada pelo estado, porque esta ocorreu além do prazo de quinze dias previsto no Código de Processo Civil e, no mérito, não podiam persistir os argumentos invocados na resposta porque o servidor estável posto em disponibilidade, em virtude da extinção do cargo, tem direito a remuneração integral, até seu adequado aproveitamento em outro cargo, equivalente ao extinto, conforme previsto na Constituição da República.

Ressalte-se que tanto na petição inicial quanto na contestação os litigantes não especificaram nenhuma prova adicional, além da documental constante dos autos.

Com base na situação hipotética acima, elabore sentença, em fase de julgamento conforme o estado do processo.

RASCUNHO

SENTENÇA – 1 / 2

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

QUESTÃO 1

Maria e João vivem relação concubinária há sete anos, residindo o casal em apartamento que Maria comprou há dez anos. Nasceu uma filha dessa união estável, contando a menor com cinco anos de idade. Ocorre que João, nos últimos dois anos, passou a ingerir bebida alcoólica de forma descontrolada, fato que o tornou violento, agredindo reiteradamente Maria e a filha do casal. Diante desses fatos, Maria, por seu advogado, ingressou com ação cautelar preventiva, pretendendo medida liminar determinativa do afastamento de João do lar em que convivem, em virtude das agressões praticadas por seu companheiro, de que tem sido vítima, conforme boletim de ocorrência apresentado, que deu origem à abertura de inquérito policial. Aduziu a requerente que proporá ação de rito ordinário visando à dissolução da sociedade de fato.

Com base nesses dados, e tendo recebido os autos na condição de juiz para apreciação e julgamento do pleito de liminar, profira a decisão cabível na espécie.

QUESTÃO 2

Redija um texto dissertativo acerca dos institutos da prescrição e decadência, esclarecendo a finalidade de cada um e o critério de distinção entre eles.

RASCUNHO

QUESTÃO 1

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO

QUESTÃO 2

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	